



Pílulas de Direito VISUAL

#4

**Design Jurídico e Direito Visual:
afinal, o que são essas metodologias
inovadoras do mundo jurídico?
Qual a diferença entre elas?**

Tempo de Leitura | 5 min

Olá!

Alguma vez você já confundiu Design Jurídico (Legal Design) com Direito Visual (Visual Law)? Acha que são termos diferentes para dizer a mesma coisa, ou não faz ideia do que se trata? Então esta pílula é para você!

Chegou a hora de descobrir as diferenças entre esses dois termos. Entenda como criar modelos de documentos jurídicos mais amigáveis, acessíveis e centrados no humano, a partir dessas abordagens e na perspectiva da inovação no Direito.

Esta é a quarta edição da série “Pílulas de Direito Visual”, que compartilha as experiências inovadoras do ÍRIS no mundo jurídico.

Perdeu as pílulas anteriores? Você pode conferir clicando [aqui](#).

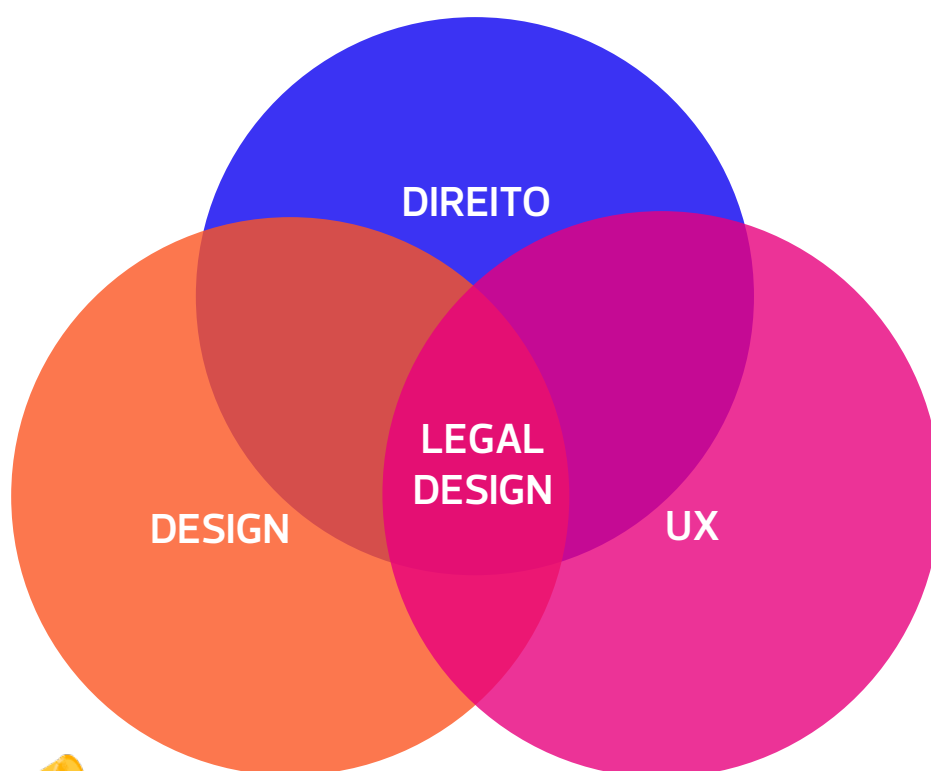


No mundo digital, é comum o uso de termos estrangeiros, principalmente no campo da inovação. Contudo, no ÍRIS, seguimos as diretrizes de Linguagem Simples, movimento social e técnica de comunicação para tornar o conteúdo acessível para o maior número de pessoas.

Isso inclui evitar estrangeirismos desnecessários. Por isso, daqui em diante, vamos chamar Legal Design de Design Jurídico e Visual Law de Direito Visual, combinado?

O que é Design Jurídico?

Quando chegou ao campo jurídico, o Design focado na Experiência do Usuário (User Experience - UX) ficou conhecido como Design Jurídico (Legal Design). Ele pode ser considerado uma intersecção entre os três campos. De forma ilustrativa, essa é a ideia:



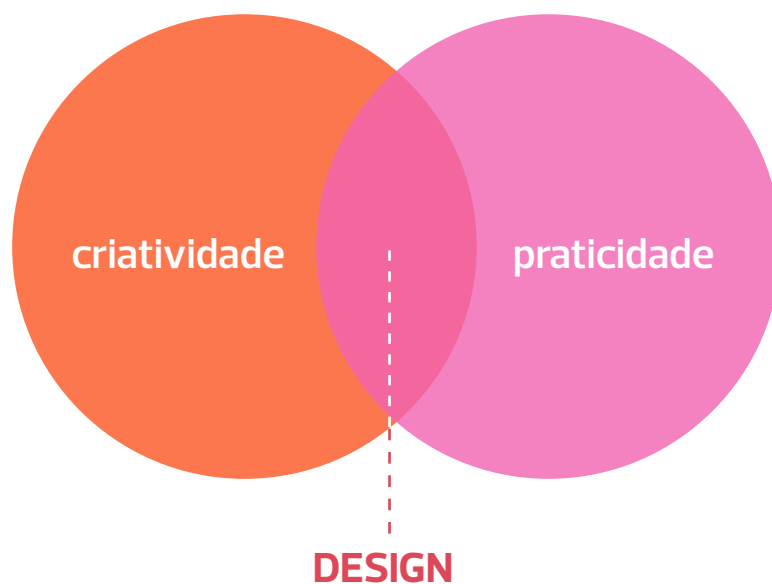
Você sabia?

O ÍRIS conta com profissionais dessas três áreas, que trabalham juntos em projetos centrados no ser humano para entregar inovação e valor público.

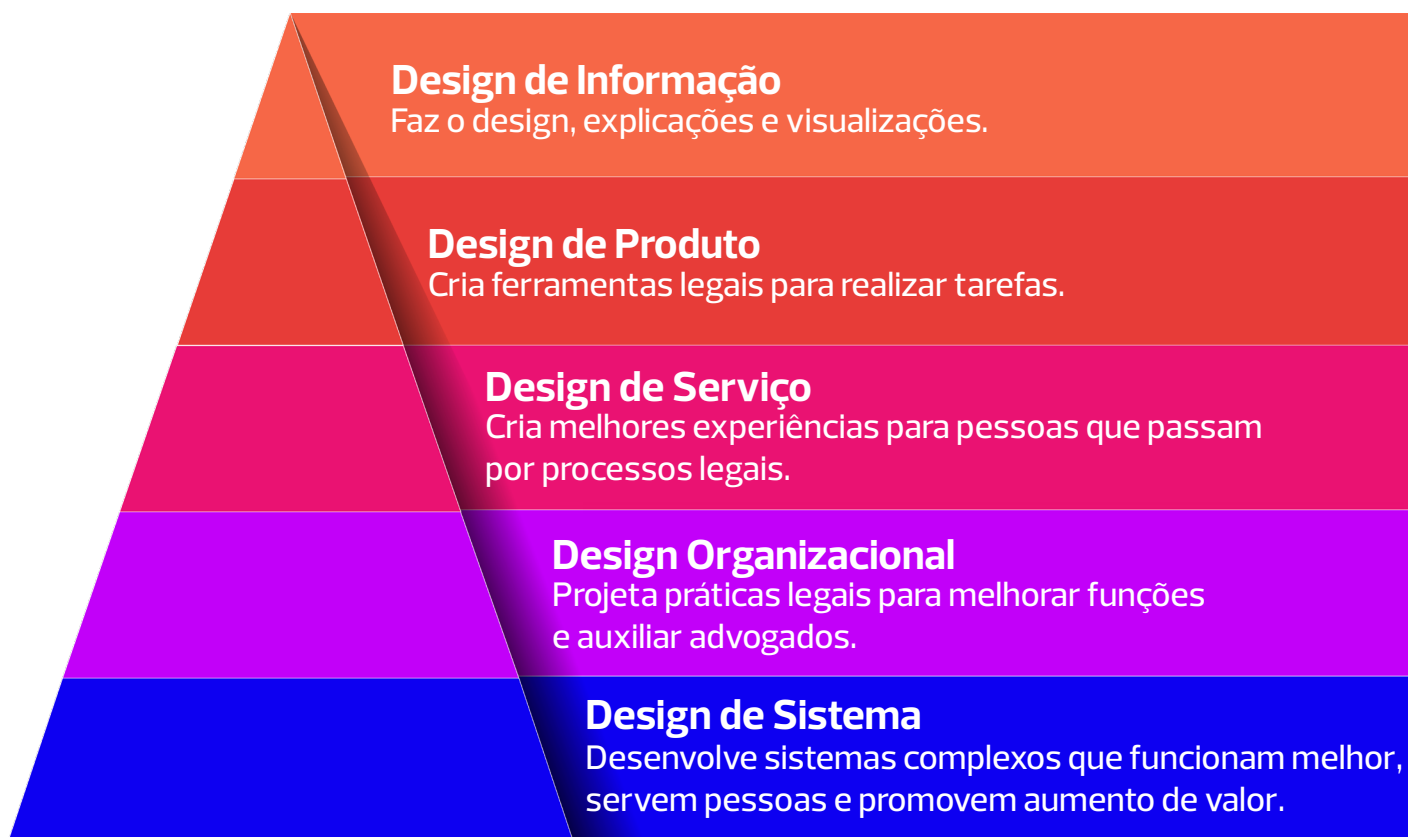
Margaret Hagan, criadora do Design Jurídico, explica:

O “Legal Design [Design Jurídico] é a aplicação do design antropocêntrico no mundo do Direito, para tornar os sistemas legais e os serviços mais centrados no ser humano, usáveis e satisfatórios”.

O Design Jurídico é, basicamente, um conjunto de métodos para trazer usabilidade ao Direito, por meio de três recursos principais: processo, mentalidade e técnicas próprias. Assim, os problemas jurídicos vão sendo solucionados de forma multidisciplinar, com a aplicação do que se encontra na interseção entre a criatividade e a praticidade: **o Design**.



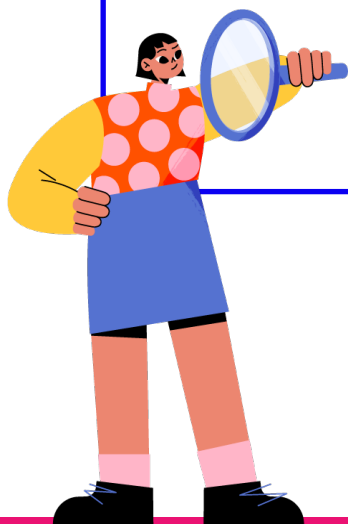
Ainda segundo Hagan, existem vários tipos de Design:



Inspirado em ilustração do Law By Design

Resumindo:

Conforme indicado por Margaret Hagan, design é muito mais do que tornar algo visualmente bonito ou atraente, é um conjunto de técnicas e ferramentas capazes de impactar a vida do usuário nos mais diversos aspectos. É, basicamente, uma abordagem para solucionar problemas complexos e, no Direito, problemas jurídicos complexos.



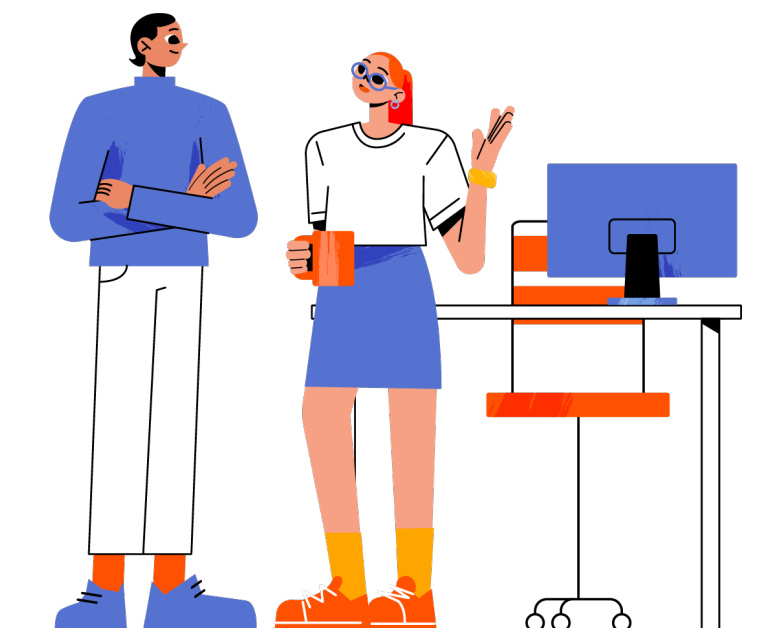
Richard Susskind, professor da Universidade de Oxford e autor do livro “O Advogado do Amanhã”, acredita que:

“Precisamos de uma geração de advogados capazes de desenhar, desenvolver, entregar e manter os sistemas que substituirão as velhas formas de trabalhar. Precisamos de uma geração de engenheiros legais.”

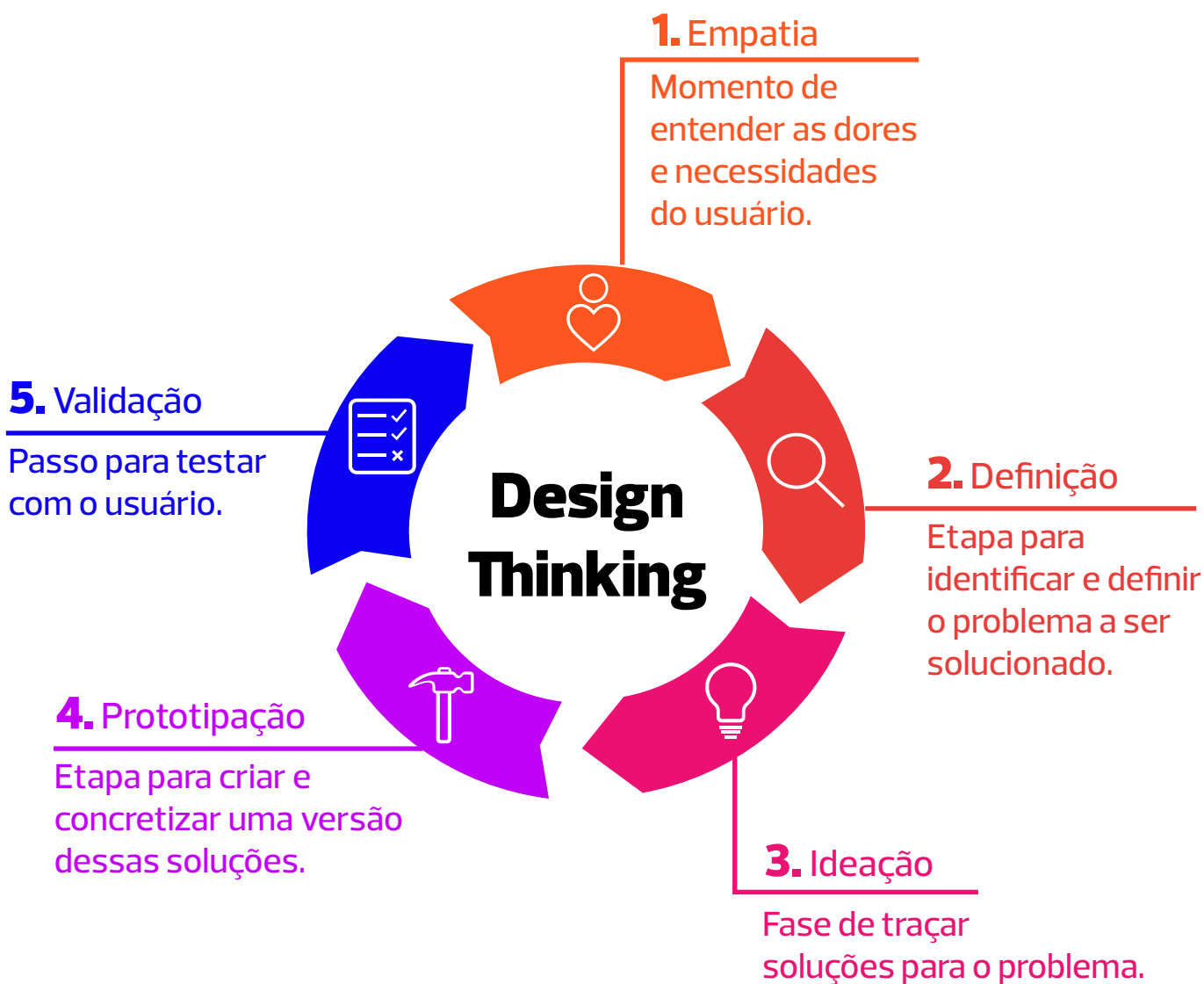
Advogados, engenheiros, designers... todo mundo pensa diferente. Se antes isso era um obstáculo e criava embates para se decidir qual pensamento deveria prevalecer, hoje é visto como um ponto forte e tem nome: **multidisciplinaridade**.

Diferentes modos de pensar não devem ser excluídos, mas somados para solucionar problemas da maneira mais prática e eficiente possível. Ser capaz de ler e interpretar uma lei é um direito básico. Portanto, o que se espera dos advogados agora é que eles sejam capazes de pensar diferente e solucionar os problemas do mundo jurídico de forma criativa, prática e inovadora!

Por isso, cocriar e compartilhar experiências com diversos setores na elaboração de um projeto é um meio de inovar e tornar um serviço cada vez mais compreensível e acessível ao público-alvo.



O Design Jurídico, geralmente, é orientado com base nas etapas do Design Thinking, metodologia usada através da aplicação de cinco etapas fundamentais, aqui resumidas:



É importante ressaltar que esse processo é um ciclo com o objetivo de melhoria contínua. Por isso, é comum que, havendo uma informação nova ou impactante, o processo volte para as etapas iniciais. Assim, não há compromisso com o acerto, e o erro é muito bem-vindo como forma de melhorar o processo, os produtos e os serviços!

As soluções nascem a partir de um processo bem conhecido, tentativa-erro, que envolve os seguintes passos:



Inspirado em ilustração do Law By Design

Dá trabalho, não é mesmo? Mas os benefícios certamente compensam tal esforço, com isso a gente:

- Melhora as soluções jurídicas, pois cria linhas de pensamento criativas e interessantes;
- Constrói um serviço personalizado com foco no cliente, favorecendo uma relação de troca direta;
- Facilita a comunicação, principalmente, com relação a informações complexas;
- Forma profissionais com mais competência e oportunidades, considerando o domínio multidisciplinar;
- Traz melhorias para a organização; e
- Cria novos produtos e serviços pensados no usuário final.

Nesse sentido, com a aplicação dos elementos de design nos documentos jurídicos, conseguimos produzir conteúdos muito mais acessíveis, gerando uma nova forma de se comunicar. Ou seja, o Direito em si não muda; apenas a maneira como os serviços jurídicos são prestados e transmitidos.

Relato de Experiência

Quer ver um exemplo de design aplicado ao mundo jurídico? Vamos apresentar um caso prático nosso, fruto de parceria institucional do ÍRIS:

O parceiro procurou o ÍRIS para criar um documento em Direito Visual e Linguagem Simples. O documento era um infográfico sobre como realizar o “Pedido de Cópias de Processos” e deveria indicar, de forma simples e acessível, como as pessoas poderiam solicitar cópias de processos no órgão.

Após uma série de oficinas e mentorias de Linguagem Simples e Direito Visual, chegamos na elaboração desse documento. Acontece que, mesmo em linguagem acessível e com a compreensão facilitada, foi possível perceber ao final que o documento não havia solucionado a dor real daquele processo de solicitação de cópias.

Assim, aplicando as metodologias de Design Jurídico e fazendo um movimento inverso (começando por um processo de empatia com os usuários), verificamos que o procedimento para pedir cópias dos processos era muito burocrático e complicado para o cidadão e que explicá-lo de forma simples não o tornaria, por si só, mais simplificado.



Nesse contexto, foi proposta uma série de ajustes no processo de solicitação, para que o serviço em si mais acessível. Ou seja, o Design daquele serviço jurídico não poderia ser resolvido apenas com o Direito Visual, pois necessitava de um redesign do próprio serviço.

O que é Direito Visual?

Hoje, mais do que nunca, vivemos numa sociedade sobrecarregada por imagens. Panfletos, outdoors, revistas, fotografias e redes sociais são alguns exemplos dos conteúdos visuais que consumimos diariamente.

Na internet, o mundo virtual depende ainda mais fortemente do visual e, para facilitar o acesso e a usabilidade nas interfaces, os designers cumprem um papel importante no redesenho dessas telas, pensando na perspectiva da Experiência do Usuário (UX). Afinal, como disse a designer jurídica Margaret Hagan, em seu livro *Law by designer*, “**é preciso haver uma revolução, e esta precisa ser centrada no usuário**”.

Nesse contexto, a aplicação de técnicas e recursos visuais para facilitar a compreensão de documentos jurídicos se chama Direito Visual, que é um pedacinho do Design Jurídico. Com ele os documentos passam por uma verdadeira transformação, mesclando cores, fluxogramas, caixas de texto, esquemas, ícones, QR-Codes, links, vídeos, entre outras ferramentas, tudo com um único propósito: **deixar as informações jurídicas mais acessíveis e compreensíveis.**



Usar elementos visuais (tabelas, gráficos, linhas do tempo, imagens) para aumentar a clareza e a acessibilidade de um texto é uma opção bastante efetiva, pois:

“As imagens são reconhecidas e processadas de forma mais rápida do que as palavras, além de serem mais fáceis de memorizar. Isso porque a memória de longo prazo capta as palavras por um único canal (verbal), enquanto as imagens são captadas por dois canais (verbal e visual) e armazenadas em diferentes lugares do cérebro. Essa dupla captação aumenta as possibilidades de acesso da memória, que pode utilizar qualquer um dos canais para lembrar a informação.”

COELHO, Alexandre Zavaglia. HOLTZ, Ana Paula Ulandowski. Legal Design | Visual Law: Comunicação entre o universo do Direito e os demais setores da sociedade. Thomas Reuters, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3CNy4Jy>. Acesso em: 05 de outubro de 2022.

Sendo assim, a criação de documentos em Direito Visual ajuda a resolver um dos principais problemas dos documentos jurídicos: a falta de compreensão daqueles que são os verdadeiros donos do direito. Sabemos que, em regra, os juristas escrevem para si, não pensando em quem realmente deve compreender o conteúdo.



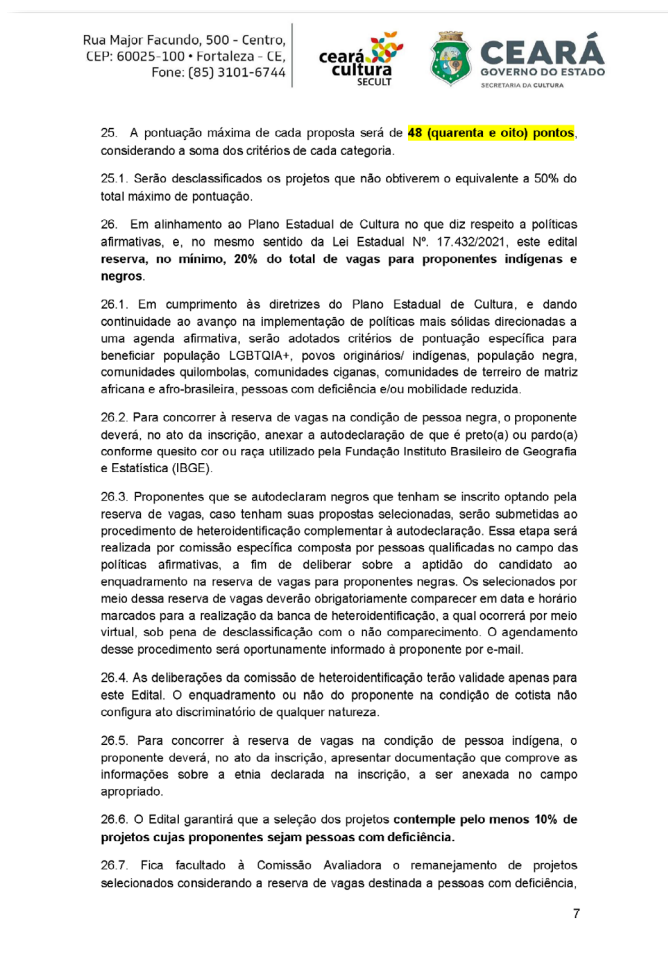
Inspirado em ilustração de Margareth Hagan 2014

Exemplo Prático

Um exemplo de aplicação de Direito Visual desenvolvido pelo ÍRIS, em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (Secult-CE) e a Associação Ceará Design, é o [Edital Ceará da Cidadania e Diversidade Cultural](#).

Entre as principais dores do parceiro estava a incompreensão do público-alvo (agentes culturais e artistas) em relação às regras do edital. O usuário não conseguia entender a descrição do documento escrito, como acontecia com a reserva de vagas para pessoas negras:

Era assim:



Após a intervenção, o time do ÍRIS propôs uma solução ilustrativa e as informações ficaram bem mais compreensível aos usuários.

Exemplo Prático

Ficou assim:



Em resumo, a intervenção foi pensada para tornar o edital mais compreensível e acessível ao cidadão-usuário.

“Hoje, ferramentas visuais e multimídia se tornaram essenciais para ampliar exponencialmente essa vertente do discurso, sendo o principal destaque em áreas que buscam conjugar o direito à técnica a partir de elementos estéticos, a signos e representações que robustecem sua apresentação”.

Leonardo Sathler de Sousa, Designer de Experiência e Interface, Web Designer, Designer Gráfico e Gerente de Design.

Para fixar

Design Jurídico é um jeito inovador de pensar o direito e seus produtos/ serviços com foco no usuário e uma forma de solucionar problemas jurídicos complexos. Direito Visual é uma técnica de comunicação jurídica para aprimorar, através de técnicas de sistematização da informação e do uso de recursos visuais, para tornar as informações mais acessíveis e compreensíveis.

Por fim, precisamos dizer que estimular que inovação jurídica não é deixar de lado tudo o que já conhecemos, mas é importante ajustar o "foco da lente" e começar a pensar em soluções que atendam às necessidades dos usuários, e não às dos profissionais do Direito.

É preciso ressaltar que a função do Direito é criar pontes e não muros.



Referências

- HAGAN, Margaret. **Law by Design**, 2017. Disponível em: <https://lawbydesign.co/legal-design/>. Acesso em: 05 outubro de 2022.
- BROWN, Tim. **Design Thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias**. Editora: Alta Books, 2020.
- COELHO, Alexandre Zavaglia. HOLTZ, Ana Paula Ulandowski. **Legal Design | Visual Law: Comunicação entre o universo do Direito e os demais setores da sociedade**. Thomas Reuters, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3CNy4Jy>. Acesso em: 05 de outubro de 2022.

Esperamos que essas #DicasÍRIS ajude
em seu próximo projeto. ;)

